

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Com PDV, Petrobrás vai cortar 22% da folha.....	2
Título: ‘Vamos entrar com imposto sobre dividendos’, diz Guedes	3
Título: Soluções do setor elétrico na crise	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	6
Título: Gasolina acumula queda de 13% no país em 2020, diz levantamento	6
VEÍCULO: O Globo.....	7
Título: Adesão a PDVs da Petrobras chega a 22% da folha.....	7
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	8
Título: Petrobras corta 22% da folha	8

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 04/07/2020****Seção: Economia****Autor: Daniele Madureira ESPECIAL PARA O ESTADO****Título: Com PDV, Petrobrás vai cortar 22% da folha**

Economia prevista pela estatal de petróleo com a demissão de mais de 10 mil funcionários é de cerca de R\$ 4 bilhões por ano

A estatal Petrobrás anunciou, na noite de quinta-feira, que deve reduzir em 22% seu atual quadro de funcionários por meio de programas de desligamento voluntário (PDVs). O percentual também inclui os desligamentos via Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), voltado aos empregados aposentáveis até 31 de dezembro de 2023. Os dois programas vão atingir 10.082 funcionários. Segundo a companhia, as medidas são “parte das ações de resiliência, com objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas”.

Em comunicado, o presidente da Petrobrás, Roberto Castello Branco, diz que os PDVs contribuem para a redução permanente da estrutura de custos da companhia, o que ajudará a empresa a “enfrentar com sucesso um cenário de preços mais baixos do petróleo no longo prazo”. Foram implementados três programas de desligamento voluntário: o PDV 2019, destinado aos aposentados pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) até a data de promulgação da PEC 133 (reforma da Previdência) do ano passado; o PDV específico para empregados que trabalham em unidades que estão em processo de desinvestimento; e um PDV exclusivo para os empregados que trabalham no segmento corporativo da petrolífera.

Aposentados. Só o PDV de funcionários já aposentados pelo INSS, encerrado no último dia 30, somou 9.405 inscritos. O montante representa 94% do total de funcionários elegíveis ao programa. Os demais programas atingiram 677 inscritos. Ao todo, são 10.082 funcionários, que somam 22% do atual quadro de empregados. “A Petrobrás estima uma redução de custo de pessoal até 2025 em torno de R\$ 4 bilhões por ano com a saída dos 10.082 inscritos nos programas. O retorno adicional (custo evitado de pessoal de R\$ 22 bilhões menos o desembolso com as indenizações de R\$ 4 bilhões) será de aproximadamente R\$ 18 bilhões até 2025”, disse a empresa, em comunicado.

De acordo com a companhia, o impacto esperado das indenizações no caixa não será imediato em 2020, mas diluído ao longo dos próximos três anos. Isso porque no PDV que concentrou a maior parte das demissões existem categorias com saída escalonada, prevista para ser concluída em até 24 meses. A Petrobrás também vai fazer o pagamento das indenizações em duas parcelas: uma no

momento do desligamento e a outra em julho de 2021 ou um ano após o desligamento, dependendo do caso. Ao fim desse processo de desligamentos, o sistema Petrobrás terá seu quadro reduzido a quase um terço dos 86 mil funcionários que tinha em 2013, antes de o preço do petróleo despencar, de a Lava Jato começar e de a empresa iniciar uma forte venda de ativos.

No vermelho. Depois de um período de vendas de ativos e de recuperação de resultados nos últimos anos, a companhia estatal sofreu novamente um baque financeiro. A Petrobrás teve prejuízo líquido de R\$ 48,5 bilhões no primeiro trimestre de 2020, após ser obrigada a realizar uma grande baixa contábil devido a uma revisão das premissas de preço longo prazo para o petróleo Brent, registrando uma perda muito maior do que os quase R\$ 37 bilhões de prejuízo acumulados no quarto trimestre de 2015, quando a companhia ainda se recuperava das denúncias de corrupção relacionadas à Operação Lava Jato.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/07/2020

Seção: Economia

Autor: Lorena Rodrigues Idiana Tomazelli /BRASÍLIA

Título: 'Vamos entrar com imposto sobre dividendos', diz Guedes

'Não é possível que alguém pague zero sobre dividendo enquanto o trabalhador paga 27,5%', afirma ministro

O ministro da Economia, Paulo Guedes, disse que o governo incluirá tributação de dividendos na reforma tributária. "Não quero tributar empresa, mas se o dinheiro sair para o acionista, aí você tributa o dividendo. Não é possível que alguém pague zero sobre dividendo enquanto o trabalhador paga 27,5%", afirmou. Em evento virtual promovido pela Associação Brasileira de Indústria de Base (Abdib), o ministro disse que quer, nos próximos dois a três meses "ir entrando na reforma tributária". Ele acrescentou que a ideia é apresentar o IVA Federal (Imposto sobre Valor Agregado) e reduzir ao longo do tempo impostos sobre pessoas jurídicas. Guedes rebateu ainda as críticas de que a reforma tributária está atrasada em um ano. "É uma politização do que realmente ocorreu", afirmou.

Guedes, disse que os projetos do chamado pacto federativo "não são prioridade agora" e que pretende avançar nos próximos "60 a 90 dias" com a modernização de marcos regulatórios. Ele reforçou a necessidade de aprovação de novas regras para a atração dos recursos privados e citou as regras do setor de petróleo e gás. "O marco regulatório do petróleo não é satisfatório, queremos mudar de partilha para a concessão", afirmou. De acordo com o ministro, esses projetos podem ser aprovados em até três meses. O ministro

também citou o projeto de autonomia do Banco Central entre as prioridades do governo nos próximos meses. Guedes voltou a dizer que, mesmo se o governo triplicasse o investimento público, não seria suficiente para a necessidade da economia brasileira. “O governo não tem recurso para gastar em infraestrutura, precisamos atrair capitais”.

O ministro voltou a criticar a defesa de aumento intenso dos investimentos públicos para impulsionar a retomada da economia e disse que “tudo bem” fazer um programa de investimentos públicos “moderados”. A fala vem após o chamado Plano Pró-Brasil de retomada ter gerado atrito entre a Economia e o Ministério do Desenvolvimento Regional, que desejava um plano mais amplo de investimento com recursos do governo. Como mostrou o Broadcast, em junho Guedes e o ministro Rogério Marinho selaram uma trégua e acertaram um plano mais enxuto de obras para ajudar na recuperação da economia sem inviabilizar o ajuste fiscal.

A conversa ocorreu após quase dois meses sem que os dois se falassem. “Chamar de Pró-Brasil um programa de investimentos moderados, dentro do orçamento, que possam mobilizar investimento público, tudo bem”, disse. Guedes disse não simpatizar com a ideia de um plano de desenvolvimento de longo prazo. “Vamos fazer o PAC da Dilma de novo? Quebrar o Brasil mais ainda?”, questionou. “O plano é fazer mais (minha) casa minha vida, procurar mais três ou quatro rios para fazer transposição? Se agora tem coronavírus, só falta um PAC novo pra gente empacotar de vez”, emendou o ministro. Guedes voltou a dizer que a retomada será puxada pelo setor privado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 04/07/2020

Seção: Opinião

Autor: Cláudio Sales e Eduardo M. Monteiro

Título: Soluções do setor elétrico na crise

O vírus da covid-19 colocou empresas e consumidores do setor elétrico em crise sem precedentes, com destaque para a queda de consumo e para o aumento da inadimplência. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) acaba de estimar que a redução de faturamento será de R\$ 6,4 bilhões por queda de consumo e de R\$ 8 bilhões por aumento de inadimplência. Uma queda desta ordem de grandeza é insustentável para um segmento baseado em custos fixos e totalmente regulado – e que, portanto, não pode “desinstalar” suas redes ou ajustar preço, qualidade ou quantidade do serviço prestado. Buscando proteger os consumidores, em 24 de março a Aneel determinou que durante três meses as distribuidoras não poderiam cortar energia de consumidores residenciais inadimplentes.

Como efeito colateral, as distribuidoras perderam o único instrumento de inibição de inadimplência de que dispunham, o que fez com que o percentual de contas não pagas aumentasse em plena crise. Outra iniciativa foi a Medida Provisória 950, detalhada no Decreto 10.350/2020 e regulamentada pela Aneel em 23 de junho. Trata-se de uma solução de curto prazo – importante e urgente – para dar fôlego financeiro às distribuidoras a fim de que elas continuem cumprindo suas obrigações contratuais com terceiros, incluindo o governo, e amortecendo o impacto tarifário para os consumidores. Na prática, a Aneel definiu o teto de cerca de R\$ 16 bilhões (conta covid) para um financiamento que antecipa recursos a que as distribuidoras teriam direito nos próximos reajustes tarifários e ameniza o impacto médio imediato de cerca de 12% sobre as contas de luz.

Mas a Aneel não equacionou o desequilíbrio econômico da distribuição. Se a agência reguladora tivesse desde já apontado critérios metodológicos para recomposição do equilíbrio econômico das concessões em face da pandemia – considerando, por exemplo, a redução do mercado e o aumento extraordinário da inadimplência –, o risco regulatório teria diminuído e o setor poderia operar com menos incerteza. A Aneel afirmou que abriria consulta pública em até 60 dias para estabelecer a metodologia do reequilíbrio econômico das concessões de distribuição.

Dada a urgência do tema, esse cronograma precisa ser acelerado: após o início da consulta, haverá prazos para sua conclusão, para o processamento das contribuições recebidas e para as decisões finais, o que poderia levar à aprovação da metodologia apenas no último trimestre de 2020, o que seria muito tarde. Além das soluções de financiamento de curtíssimo prazo, é necessário disparar o quanto antes a discussão de outras soluções complementares para promover a desoneração e a continuidade da operação regular de toda a cadeia de valor do setor elétrico.

O principal mérito das 10 soluções complementares (detalhadas em www.acendebrasil.com.br/estudos) é que elas foram desenhadas a partir de discussões com empresas dos quatro elos da cadeia de valor, e sempre observando os seguintes princípios: 1) respeito aos contratos; 2) todas as soluções são consensuais e voluntárias; 3) as soluções buscam prevenir e evitar litígios, sem transferir ônus entre elos da cadeia de valor; e 4) exatamente por serem voluntárias, asseguram o respeito aos contratos e evitam a judicialização. Se implementadas, essas soluções complementares cumprirão objetivos valiosos para este momento de crise: desonerar o consumidor, minimizar ou diferir eventuais impactos fiscais, eliminar ineficiências e trocar este presente tão difícil por um futuro menos complexo.

SÃO PRESIDENTE E DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO ACENDE BRASIL SITE:
WWW.ACENDEBRASIL.COM.BR

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 04/07/2020

Seção: Mercado

Autor: Diego Garcia

Título: Gasolina acumula queda de 13% no país em 2020, diz levantamento

Rio de Janeiro- O preço da gasolina caiu 13% desde janeiro no Brasil, segundo levantamento da Vale Card, responsável por gestão de frotas e meios de pagamentos. A queda se deu, principalmente, por causa do avanço da pandemia de Covid-19 em todo o planeta, que reduziu a demanda por combustíveis e fez despencar o preço do petróleo.

Em janeiro, quando o combustível vinha em alta, o preço alcançara R\$ 4,762, o maior valor de 2020. Em junho, era possível abastecer por R\$ 4,14 o litro.

Os dados foram obtidos por registros de transações realizadas com o cartão de abastecimento da Vale Card em aproximadamente 20 mil estabelecimentos credenciados. A Vale Card costuma fazer um levantamento quinzenal, mas realizou uma comparação anual para sentir os efeitos do preço dos combustíveis. Entre os meses de junho de 2019 e junho de 2020, a queda foi de 11%.

Em maio, quando atingiu o menor valor, a gasolina teve um preço médio de R\$ 4,01 nos postos do país, ou R\$ 0,13 por litro mais barata do que no mês seguinte.

O Rio foi o estado que apresentou os preços médios mais altos em junho, R\$ 4,601. São Paulo tinha o terceiro menor valor: R\$ 3,902.

A maior alta percentual na comparação com maio foi no Distrito Federal, que variou 7,88%, saindo de R\$ 3,735 e chegando a R\$ 4,029 no valor cobrado pelo litro da gasolina. O único estado que registrou queda foi o Amapá (-4,81%).

Entre as capitais, Belém foi a cidade com maior valor médio em junho (R\$ 4,684). Depois vieram o Rio de Janeiro (R\$ 4,588) e Rio Branco (R\$ 4,449). Os preços mais baixos foram vistos em Curitiba (R\$ 3,671), João Pessoa (R\$3.796) e Vitória (R\$3,887).

Na quarta (1º), a Petrobras anunciou nova elevação no preço da gasolina e do diesel. A da gasolina, de 3%, foi a sétima consecutiva, em consequência da recuperação do preço do petróleo. A alta do diesel, de 6%, foi a quarta seguida.

Com a sequência de reajustes, a gasolina voltou a ter preço médio nos postos acima de R\$ 4 por litro na semana passada. Desde o começo de maio, quando foi iniciado o ciclo de aumentos, o preço da gasolina nas refinarias da estatal acumula alta de 53%. O preço do diesel acumula alta de 32% desde o início de maio.

De acordo com dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis), na semana passada, o litro da gasolina era vendido a R\$ 4,022, em média, no Brasil, alta de 0,9% em relação à semana anterior. Em quatro semanas, a alta é de 3,2%.

VEÍCULO: O Globo

Data: 04/07/2020

Seção: Economia

Autor:

Título: Adesão a PDVs da Petrobras chega a 22% da folha

Estatual registra inscrição de 10.082 funcionários. Estimativa é que programas reduzam o custo de pessoal em R\$ 4 bilhões por ano até 2025. Companhia quer se preparar para período de preços baixos do petróleo

A Petrobras obteve a adesão de 10.082 funcionários a seus programas de desligamento voluntário (PDVs) e de Aposentadoria Incentivada (PAIs), o que representa 22% do atual quadro da estatal. Os programas fazem parte das medidas de redução de custos para fazer frente à queda do preço do petróleo e à crise econômica provocada pela pandemia.

A estatal estima redução com despesas de pessoal de cerca de R\$ 4 bilhões por ano, até 2025, com esses desligamentos. O retorno adicional — custo evitado de pessoal de R\$ 22 bilhões menos o desembolso com as indenizações de R\$ 4 bilhões — será de aproximadamente R\$ 18 bilhões, também até 2025, segundo nota da empresa.

O presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, ressaltou que esses programas contribuem para a redução permanente da estrutura de custos da companhia, permitindo enfrentar “um cenário de preços mais baixos do petróleo no longo prazo”.

Ele considerou o resultado do PDV 2019 (destinado a aposentados do INSS até a promulgação da PEC 133)

Extremamente positivo, “com 94% de adesão”. Castello Branco já afirmou que a Petrobras está sendo preparada para viver com o petróleo abaixo de US\$ 25.

Segundo ele, dos 10.053 empregados elegíveis, 9.405 se inscreveram no PDV 2019, encerrado no último dia 30. Consolidando os demais programas, foram 10.082 inscrições.

A Petrobras ainda tem dois outros PDVs: um específico para empregados lotados em ativos/unidades em processo de desinvestimento; e um exclusivo para aqueles que trabalham no segmento corporativo da empresa.

Há ainda o PAI, voltado aos empregados que já são elegíveis para a aposentadoria, cuja vigência vai até 31 de dezembro de 2023.

A Petrobras ressalta que o impacto esperado das indenizações no caixa da companhia não será imediato em 2020, mas sim diluído ao longo dos próximos três anos. Isso porque, segundo a empresa, no PDV 2019, existem categorias com saída prevista em até 24 meses, o que diluirá os desligamentos. Além disso, as indenizações serão pagas em duas parcelas.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 04/07/2020

Seção: Economia

Autor: Fernanda Strickland

Título: Petrobras corta 22% da folha

A Petrobras pretende cortar 22% do quadro de funcionários por meio de programas de desligamento voluntário (PDVs) e do Programa de Aposentadoria Incentivada (PAI), voltado aos empregados que têm condições de se aposentar até 31 de dezembro de 2023.

Em comunicado, a companhia informou que as medidas são “parte das ações de resiliência, com objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas”. Desde 2019, a Petrobras já implementou três programas de desligamento voluntário, que tiveram, até agora, a adesão de 10.082 empregados.

A estatal estima obter uma redução de custo de pessoal de R\$ 18 bilhões até 2025. O impacto esperado no caixa da companhia não será imediato, mas diluído ao longo dos próximos três anos. Isso porque, no PDV 2019, existem categorias com saída prevista em até 24 meses.

“Os programas de desligamento voluntário foram elaborados com a preocupação principal de respeitar o direito de livre escolha de nossos colaboradores. Desse modo, contribuindo para a redução permanente da estrutura de custos da companhia, o que nos ajuda a enfrentar com sucesso um

cenário de preços mais baixos do petróleo no longo prazo”, disse, em nota, o presidente da Petrobras, Roberto Castelo Branco.

No comunicado distribuído ao mercado, a petroleira reforçou o compromisso com a transparência e a rentabilidade do negócio. “Essas medidas buscam a maximização de valor aos acionistas e estão alinhadas com os cinco pilares estratégicos da companhia: (a) maximização do retorno sobre o capital empregado; (b) redução do custo do capital; (c) busca incessante por custos baixos; (d) meritocracia; (e) respeito às pessoas e ao meio ambiente e foco na segurança de suas operações”, diz a nota.

MME / ASCOM .